

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Sérgio Abranches é cientista político, professor universitário e escritor. É autor de “Presidencialismo de Coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro” (Companhia das Letras, 2018), entre outras obras.

Sumário

A instabilidade e as contradições de nosso tempo têm explicação. Decorrem de uma verdadeira metamorfose social, da passagem de uma situação estrutural, histórica e existencial para outra que a supera e dela difere fundamentalmente. Seu curso é imprevisível, pois se trata do futuro em construção. Na transição em curso, a democracia sofre com o desencanto e o descrédito de vários setores sociais. Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais. O objetivo deste artigo é propor uma análise sintética das características desta metamorfose, suas consequências e o desafio que ela representa para a democracia.

As emoções da metamorfose

A instabilidade e as contradições de nosso tempo têm explicação. As placas tectônicas nas fundações profundas das sociedades estão em movimento e atrito, o que provoca turbulências e emergências. Vivemos em um cenário de mudanças profundas, de transformações vertiginosas em tudo o que fazemos, em todos os recantos de nossa vida. Não é qualquer ciclo de mudanças o que experimentamos, é uma verdadeira metamorfose social e global.

A mortalidade de tecnologias, artefatos, ideias e soluções faz com que o transitório predomine sobre o que foi padrão por várias décadas no século 20. Os velhos padrões desmoronam, sem que os novos já estejam maduros para uma transição sem traumas. A emergência de novas estruturas é mais lenta do que o colapso das antigas. A decadência precede a emergência. O intervalo de tempo entre o ciclo que termina e o amadurecimento do novo é longo o suficiente para produzir um vazio de respostas que gera frustração e insatisfação em todos os setores da sociedade. Esse processo é um celeiro de imprevistos, ou de eventos que até podem ser antevistos pela ciência, sem que no entanto seja possível prever onde, quando e como ocorrerão.

Metamorfose social foi a expressão utilizada pelo sociólogo Ulrich Beck (2016) para designar a passagem de uma situação estrutural, histórica ou existencial para outra que a supera e dela difere fundamentalmente. Seu curso é imprevisível, pois se trata do futuro em construção. Nasce do entrelaçamento de interesses, escolhas, desejos e sonhos. Essa revolução em curso marcará o século 21 e mudará radicalmente nossas vidas e as das gerações por vir. Beck defende de forma convincente o uso do termo metamorfose, em lugar dos conceitos usuais de mudança ou transformação, que admitem que certas partes do sistema social se alterem, enquanto outras permaneçam. A metamorfose significa uma transformação mais radical em que o velho não é mais reconhecido no novo. Nesse entremeio, nossa

capacidade explicativa e de intervenção na realidade se vê continuamente reduzida. Como diz Beck, é necessário explorar os novos começos prenunciados nas formas emergentes, embriões de novos padrões de produção, emprego e serviços.

Essas mutações sociais totais surgem da confluência de cinco grandes forças contemporâneas. A globalização, que reduziu as distâncias e amplificou a circulação de pessoas, capitais e mercadorias. A revolução científica e tecnológica, que se expande com as possibilidades abertas pela revolução digital, pelas genômica avançada, biologia sintética, biomimética e farmacogenética, pelas nanociência e neurociência, mudando os paradigmas científicos estabelecidos e o padrão tecnológico de base fóssil. A digitalização da sociedade e a emergência da sociedade da informação, da sociedade em rede, afetando a sociabilidade, a política e os padrões econômicos de acumulação, produção e circulação, como assinalou o sociólogo Manuel Castells, ainda no final dos anos 1990 (Castells, 1996). O aprendizado de máquina e a inteligência artificial, por exemplo, ampliam o escopo da automatização e o espaço do mundo “figital”, híbrido de físico e digital, abrangendo a socioesfera e a ciberesfera. A quarta força é a mudança climática, que impõe a adoção de novos padrões de produção, consumo, mobilidade, geração e uso de energia.

Essas forças convergem entre si e se fortalecem reciprocamente. Elas ativam a força socioestrutural que provoca rupturas continuadas na estrutura social, econômica e política das sociedades.

A metamorfose social é de natureza estrutural, sistêmica e planetária. Nenhuma dimensão da vida humana ficará intocada por ela. Porque a nossa capacidade de entender, explicar e intervir para resolver os problemas causados pela transição é declinante, as metamorfoses sociais se manifestam primeiro como uma sucessão de crises. Crises que provocam medo, insegurança, indignação e revolta. E uma sociedade dominada por esses sentimentos é uma sementeira de demago-

gos, fascistas e populistas prontos a manipular as emoções coletivas e anunciar um novo mundo, feito de um passado idealizado, fechado e seguro para os “seus”.

A política das emoções passa do campo dos interesses e das propostas de programas públicos para o campo afetivo, do “amo ou odeio”, do “ame-o ou destrua-o”. Ela traz consigo o mau comportamento e pode reacender a chama do mal radical, o inimigo invisível que habita os humanos (Nussbaum, 2013). Nesse ambiente, a propensão ao mal tem muita chance de se manifestar em meio a grupos sociais dominados pelo ressentimento, que nasce do sentimento de privação das possibilidades de satisfação do que é material e culturalmente necessário à vida em sociedade.¹ O temor da destituição convoca instintos primitivos. O medo, diz a filósofa Martha Nussbaum (2013, pp. 320-3), pode ser um sentimento razoável, um estado de alerta, e pode também ser mal direcionado, de muitas maneiras.

Momentos refundadores

Durante a metamorfose social, blocos históricos se movem como placas tectônicas demarcando a fronteira entre eras histórico-estruturais distintas, entre padrões civilizatórios. Este movimento causa tensões, conflitos, confrontos e interações que têm desfecho indeterminado. Durante esse complexo processo ocorrem ciclos de deterioração e ciclos de formação. Estes últimos fundam ou refundam as instituições econômicas, sociais e políticas. Em virtude desse espírito de um tempo dominado por sentimentos fortes e adversos, a democracia vive globalmente um momento de contestação. Como passaremos a outras realidades estruturais, não há o que consertar. Há o que construir.

1. Nas discussões sobre a renda mínima, Marx reconhecia a necessidade de associar a necessidade material ao mínimo culturalmente necessário e socialmente determinado, em cada sociedade, para uma “vida digna”, mantendo praticamente a mesma visão inaugurada por Adam Smith. Cf. Abranches (1987) pp. 16-21.

Não vivemos uma situação de mudanças incrementais, que permitem a correção de falhas ou o preenchimento dos vazios na estrutura social existente com material já testado. Vivemos a emergência de novos e não antecipados elementos estruturais e comportamentais que serão decisivos para o futuro das sociedades contemporâneas. Uma vez atravessado o ponto de virada, quando as mudanças amadurecem e dão nitidez à fisionomia da nova formação social, a ordem anterior desaparece e o novo paradigma societário é capaz de gerar respostas mais pertinentes aos problemas do seu tempo. O aumento de ingredientes totalmente novos, até então desconhecidos na composição da nossa vida social e econômica, está na origem do medo do futuro a invadir aos pedaços nossa realidade e que provoca fortes correntes de reação conservadora.

O processo histórico-estrutural descrito acima resulta da combinação entre determinações estruturais e a interveniência dos atores sociais, que, apesar de não serem capazes de ter influência decisiva no movimento das placas tectônicas da história, têm o poder de intervir na direção das mudanças por meio de escolhas e ações coletivas. Estrutura e “agência” operam historicamente para dar direção e ritmo à metamorfose global em cada sociedade. É por meio desta combinação que a democracia é desafiada e só por meio dela pode ser refundada.

A refundação se dará em momentos constituintes nos quais se estabelecem os novos sujeitos históricos capazes de dar vida à democracia ampliada e aprofundada. O processo constituinte abre espaço para que se possa redefinir o povo institucional, dando voz e representação a todas as forças sociais em presença e ampliando a coincidência entre povo civil e povo institucional.² No caso brasileiro, o povo sempre foi definido nos diferentes momentos constituintes, do Império à Repú-

2. A noção de momento constituinte de Jason Frank (2010) requalificou a ideia de momentos políticos proposta por Jacques Rancière (2009) para determinar o momento no qual se dá vida institucional ao povo civil ou a parte dele.

blica, de forma restritiva ou excludente, promovendo um significativo desencontro entre o povo civil, em presença na sociedade, e o povo institucional, admitido à cidadania plena.³ Tal discrepância historicamente impediu a constituição de uma verdadeira república de iguais em direitos e oportunidades e diminui até hoje a representatividade e a legitimidade da democracia.

O processo de mudança que leva a momentos constituintes nunca ocorre sem um aumento significativo da tensão e do conflito. De um lado, as forças poentes vão perdendo terreno econômico, social e político. De outro lado, as forças emergentes ganham espaço à medida que as novas estruturas amadurecem. Parte dessas forças emergentes, uma vez amadurecida, se tornará agente da construção dos novos modos de organização social. Elas se vêem, em diversos casos, desrepresentadas e desprotegidas, deixadas por conta própria no turbilhão de mudanças. Juntam-se àqueles setores sociais deslocados pela mudança e que não são mais alcançados pelas redes de proteção social. São forças muito diferentes entre si, que se encontram, vindas de situações opostas, e que promovem impulsos políticos distintos.

As primeiras são emergentes, surgem do novo, olhando para o futuro. As outras são deslocadas pelo desmoronamento se voltam para o passado perdido. A oligarquização e o estiolamento dos partidos e das organizações sindicais deixam estas últimas sem representação. As limitações do Estado, por imposições de disciplina fiscal e pelo encurtamento da base de arrecadação tributária, lhes retiram a proteção social adequada. Já as forças emergentes não se reconhecem nas estruturas de representação e de participação das democracias que estão em processo de oligarquização, nem são por elas reconhecidas. Tampouco se enquadram nas regulações oriundas do antigo modo de ação estatal para obter cobertura das redes de proteção social.

3. Trato desta questão em dois textos para publicações comemorativas dos 200 anos da Independência: “As vias tortuosas da democracia e o colapso da representação no Brasil” e “A terceira margem do Ipiranga”.

Os resultados desse processo de exclusão podem ser bem diferentes. Do lado das pessoas deslocadas de suas antigas ocupações e inabilitadas para reingressar no novo mercado de trabalho, a indignação e a revolta as tornam vulneráveis à pregação dos demagogos. Já as forças emergentes também têm dificuldade de se encaixar, pois as velhas formas sociais não conseguem enquadrá-las em seus escaninhos rotineiros. A reação tende a ser a adesão a ideologias ultraindividualistas, ultraelitistas e ultraliberais.

Em determinados segmentos sociais, esse estado de espírito também pode ser vulnerável aos valores apregoados por demagogos da extrema-direita. Mas eles não serão os únicos atores sociais com influência na definição dos novos arranjos políticos no futuro próximo. Outras forças sociais surgirão no bojo da revolução estrutural cuja emergência se dará nos momentos mais avançados da transição e, por isso, estarão menos impressionados pela decadência das formações anteriores. O fator-problema para a democracia está nos segmentos tipicamente de transição, os expulsos pela transformação e os não alcançados pelas instituições tradicionais. No plano social, essas duas potências, uma carregada de passado e a outra prenhe de futuro, possuem interesses concretamente contraditórios, e há entre elas grande tensão potencial.

O único caminho que se abre às sociedades para sair, com sucesso, do dilema entre o colapso e a transformação é se definir pela mudança e agir sobre ela. A partir da escolha coletiva pela mudança, as forças sociais ganham protagonismo e o momento político se abre à ação individual, ao surgimento de novas lideranças, determinando a direção e o ritmo de transformação de cada país. Não há um fim predefinido ou predeterminado, haverá várias soluções possíveis.

Como diz Norbert Elias (1975), essa reorganização total das relações humanas vai transformar radicalmente nossos hábitos, nosso comportamento e nossos sentimentos. A distribuição do poder entre

as forças ligadas às estruturas e atividades em declínio e as forças associadas às formações emergentes é desigual e dinâmica. Altera-se no tempo. Nos momentos iniciais, o poder político-institucional das forças da decadência é muito maior do que sua força estrutural em declínio. A potência estrutural das forças emergentes, ao contrário é muito maior e crescente do que seu poder político-institucional. O movimento estrutural, contudo, é inexorável e, enquanto umas decaem e as outras crescem, esse desequilíbrio de poder tende a se inverter a favor das forças emergentes. Há um momento imprevisível, mas dedutível pela lógica do movimento dessas estruturas tectônicas, em que essa disparidade de poder chegará ao ponto de ambivalência ou neutralidade de forças.

Para Elias, a direção da mudança — ou seja, para que lado a conjuntura se deslocará — muito provavelmente dependerá da “determinação e da estatura de algumas pessoas”, influenciando o desfecho do processo de transição. Aqui se trata tanto das grandes lideranças globais, como das lideranças locais e mesmo das microlideranças, em cada espaço da vida coletiva e familiar. Não é possível prever que ações levarão ao *tipping point*, à virada que desequilibra o jogo de forças para o lado emergente.

A metamorfose social não leva à derrota inescapável das forças autoritárias e neofascistas. Elas podem sair vitoriosas. É um dos perigos oriundos do medo provocado pelos sintomas mórbidos da transição, sem que as novas positivities sejam plenamente visíveis e convincentes. Tudo dependerá das circunstâncias e das escolhas de cada sociedade. Nas fissuras históricas produzidas pelo abalo das fundações sociais, amplia-se o espaço para a ação humana e para a liderança individual. No movimento em aberto da história rumo ao futuro se alarga o livre-arbítrio, a criatividade e a capacidade de liderança das pessoas. A mudança radical e ubíqua pede inovação e esta é produto da criatividade na necessidade e na diversidade.

A demanda por inovações gera oportunidades para que iniciativas pessoais se coletivizem e possam iniciar uma “fase criativa” da qual resultarão novas configurações sociopolíticas. É neste processo que nascem as lideranças transformadoras, não raro saídas daqueles setores do povo civil até então fora da definição tradicional do povo institucional. A democracia precisa de novas lideranças capazes de compreender a transição e pessoas capazes de formular políticas de transição para a economia, a sociedade e o sistema político. São essas lideranças com capacidade de inovar e juntar forças que podem preparar o terreno para a refundação da democracia no século 21, uma democracia que será necessariamente digital, com bases ampliadas e salvaguardas mais robustas contra ataques de cunho autoritário.

O turbulento trajeto rumo à polis digital

É no entrechoque entre as forças do passado e as do futuro que surgem os demagogos e os neofascistas, como Viktor Orbán, Donald Trump e Jair Bolsonaro, personalidades autoritárias e narcísicas que vêem os outros como serviçais de sua vontade, destituídas de compaixão e rigorosamente autofocadas.⁴ Não são lideranças carismáticas, como muitos as têm considerado. São políticos demagógicos e tirânicos que excitam o povo, remexendo suas insatisfações e manipulando emoções primitivas, e enganam o povo com suas promessas vazias. Apresentam-se como expressões de uma nova política, mais próxima do povo e incorruptível, mas uma vez no poder revelam-se o avesso do que prometeram.

O narcisismo, o culto de si mesmo, os impede de empatia e compaixão (Butler, 1997). Os demagogos manipulam o medo da destituição, que atribuem aos “outros” (migrantes, parte do povo, grupos etnicamente diferenciados, “comunistas”, globalistas), sobretudo por

4. A descrição do narcisismo por Martha Nussbaum (2013) é bastante pertinente aqui, cf. pp. 173-4.

meio da linguagem do ódio, definindo um inimigo claro que ameaça a própria existência das pessoas a que se dirigem. Eles se dirigem ao “seu” povo, para chamá-los à ação sob “seu” comando. Só o “líder” autoritário mitificado pode dizer quem é o “seu” povo. Com uma retórica sempre voltada contra o inimigo, usando metáforas de guerra contra a corrupção, a má política, a incompetência e o abandono do “seu povo”, os demagogos lançam uma armadilha emocional cuja isca é a promessa de um “novo mundo”, o passado restaurado na sua grandeza e sem as falhas que “eles” provocaram e “nós” somos capazes de corrigir.

O modo de discurso dos líderes autocráticos é encarado por seus seguidores como uma delegação de poderes para usá-lo como arma na guerra aos “outros”, para ferir e calar seus adversários e críticos. É a retórica que domina as redes digitais comandadas pelos demagogos. Ao verificar como as redes digitais têm sido dominadas pela linguagem do ódio, manipuladas por extremistas e usadas para cometer crimes, a propensão mais geral é a de condená-las. Há muitas manifestações do que denomino de “reacionarismo tecnológico”, que investe contra os artefatos tecnológicos como se fossem portadores inexoráveis do mal.

É abundante a evidência de que grupos extremados usam a seu favor o poder dos algoritmos de amplificar e tornar dominante o seu discurso nas redes sociais. Mas a sociedade em rede oferece, também, ferramentas para interações criativas, novas formas de cooperação interpessoal, grupal, transnacional e transcontinental. As redes digitais estão na fase de ambivalência. Facebook, Instagram, Twitter e TikTok, as mais utilizadas atualmente, resistem a manter a conversação digital nos limites do respeito cívico por meio da autorregulação democrática do conteúdo que flui por elas, diferenciando a informação da desinformação e a notícia, do rumor digital. Por isso, têm responsabilidade pela degeneração de boa parte da conversação pública que se dá nas redes.

Forçam, ademais, os governos e os parlamentos com pouca expertise digital a impor regulação espelhada nos modelos regulatórios analógicos. Não funciona. Nada disso é trivial. O ambiente tecnológico criado pelas transformações no processo de metamorfose é multicausal. A geração e o uso da tecnologia são distribuídos, descentralizados, tornando impossível a aplicação dos processos legais convencionais (Kaufman, 2022). A moderação de conteúdo nas redes, na escala necessária, também implica no uso de algoritmos, replicando o problema em outra escala. A automatização ou robotização da análise de conteúdo de posts e vídeos envolve pelo menos três dilemas complicados para a democracia: inevitável falta de transparência decisória e dificuldade de verificação independente das decisões de moderação; desigualdade de tratamento de visões, grupos e tipos de discurso, criando sérios problemas de justiça de procedimentos; despolitização das práticas de moderação das plataformas.

É um desafio novo e fundamental para a democracia. Os algoritmos permitem de fato não só atuar sobre seu destinatário, como intervir na constituição social do destinatário, sobrepondo à identidade real original a versão a partir das interações em rede.⁵ A jurista Mari Matsuda (1989) analisou esta capacidade de agir sobre o destinatário e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua constituição social, ao examinar o discurso racista, bem antes do domínio das redes sociais. Não é a tecnologia que produz o mal. São os humanos.

Os algoritmos não são bons, maus ou neutros, como disse há tempos sobre as tecnologias o historiador Melvin Kranzberg (1986). Eles são artefatos tecnossociais que interagem dinamicamente com usuários-sujeitos, autoaperfeiçoando-se a partir dos dados gerados pelas interações. São, portanto, artefatos políticos que carregam em seu código os valores e objetivos de seus desenvolvedores, mas podem tomar

5. Refiro-me aqui a todo tipo de dados, desde de atividade na rede, às mensagens nelas veiculadas, passando pelas menções positivas e negativas.

direções imprevistas a partir dos contextos interativos em que operam automaticamente. Os agentes-desenvolvedores, que embutem valores e objetivos originários nos algoritmos e nos programas para que ajam com “autonomia”, e os agentes-de-uso, que aprendem a se valer de propriedades dos algoritmos para alcançar seus próprios objetivos, a estes sim pode-se atribuir más inclinações ou maus propósitos.

Toni Morrison disse que a “linguagem opressiva faz mais que representar a violência; ela é violência; faz mais que representar os limites do conhecimento, ela limita o conhecimento”. (Morrison, 1993) A linguagem do ódio é uma das formas de expressão da linguagem opressiva sobre a qual Morrison falou tão bem em seu discurso ao receber o prêmio Nobel de Literatura. Qualquer discurso de ódio, venha de onde vier, é sempre opressivo, sempre autoritário e faz mais que representar o ódio, ele é ódio e certamente limita o conhecimento. É usado como arma para ferir, desqualificar, calar, intimidar e oprimir aqueles a quem se dirige. É uma arma para exercer soberania, como propõe Judith Butler (1993). É um recurso de poder.

Como disse Hannah Arendt (2021), no momento em que se fala para o público, tudo muda. Nosso espaço público na era digital é híbrido, ele é físico e digital: “figital”. O que antes precisava ser impresso, ou chegar ao noticiário radiofônico ou televisivo, agora se apresenta a um público maior do que o de qualquer desses meios, em tempo real e de forma muito mais íntima e pessoal. Portanto, o poder da arma discursiva aumentou em vários megatons e a capacidade de intervir na definição da identidade social do outro foi consideravelmente ampliada. A tal ponto que uma afirmação difamatória sobre um alvo do discurso do ódio pode ser tomada por real até mesmo por simpatizantes da vítima do ataque.

Esse novo agente autoritário, capaz de se mover no espaço público figital, surge a partir do uso proficiente dos meios digitais, em um ecossistema social propenso a ouvi-lo. Ele é um agente figital, produto do clima de incerteza, insegurança e medo causado pelos sintomas

mórbidos da metamorfose social. Os novos meios digitais lhe dão as armas para tornar sua retórica mais cativante, de um lado, e mais ofensiva, de outro, possibilitando o acesso ao poder mais rapidamente do que no passado e dando-lhe novos recursos para solapar, de dentro, a democracia (Abranches, 2021).

Estamos novamente diante do perigo apontado por Hannah Arendt (2021), de que “o enorme *pathos* da nova era” pode só vir inteiramente à tona depois que se ultrapassou um ponto de não-retorno. Isto é o que temem, por exemplo, os climatologistas em relação à mudança climática. É também o temor de muitos democratas sobre a ameaça neofascista e que se perguntam quando será tarde demais para soar o alarme sobre os demagogos? (Buruma, 2018; Abranches, 2021).

Vivemos um tempo em que é preciso cuidar dos sintomas mórbidos, como Gramsci chamava os elementos de crise do interregno, enquanto ainda aprendemos sobre a doença. Isso é verdade para a emergência do novo autoritarismo e para a mudança climática, como foi verdade para a pandemia de Covid-19. Se deixarmos para tratar a doença depois que a conhecermos inteiramente, pode ser tarde demais para uma grande parte da humanidade e, ao mesmo tempo, podemos acabar perdendo a oportunidade de usar os componentes virtuosos emergentes na transição para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais livre.

As redes sociais criaram um espaço público que interessa mais, mobiliza mais e convence mais as pessoas do que o espaço político analógico. A intensidade da informação nesse espaço é muito maior do que no mundo analógico. As redes e os mecanismos de busca servem de instrumentos para buscar explicações para o que está acontecendo, na captura frenética de links para artigos de política, economia, ciência e comportamento que permitam entender o que se passa. A lógica dos links e os mecanismos cada vez mais precisos de busca permitem encontrar em tempo real toda a informação disponível sobre os temas de interesse. A conversação se amplia.

A ciberesfera se torna o campo de batalhas decisivas pela ocupação da *polis* digital e para a democratização avançada. Todavia, as redes suscitam um dilema crítico de qualidade e confiabilidade da informação. A informação hoje flui com vieses introduzidos por seus desenvolvedores nos algoritmos que selecionam o que cada um verá. Este já é um problema da nova sociedade em rede. A propensão autoritária por vigiar, controlar e punir tem sabido manipular os algoritmos usando a linguagem do ódio e da intolerância para dominar a conversação que se desejaria democrática. A guerra pela democracia digital se dará cada vez mais no espaço público da ciberesfera.

O argumento do sociólogo Pierre Rosanvallon (2015) de que o aprofundamento da democracia requer o aumento da vigilância dos cidadãos e de sua capacidade de promover o impedimento dos maus governantes encontra nas ferramentas digitais o meio que melhor possibilita sua realização. O potencial democrático implícito na revolução digital é extraordinário e pode se impor. Os cidadãos já dispõem hoje de instrumentos poderosos para confrontar o bombardeio desinformativo dos extremistas e para vigiar os governantes e tornar públicos seus malfeitos. Os consumidores nunca tiveram ferramenta mais eficaz de denúncia do mau comportamento das empresas. Mas o seu uso político é ainda incipiente no espaço digital. As redes são o espelho da transição, refletem suas virtualidades seus perigos e suas contradições. Elas mudarão a sociedade e serão transformadas por ela.

A ação individual e as escolhas que fazemos adquirem maior potência na sociedade digital. Atos individuais podem ter consequências que vão muito além do indivíduo e seu entorno. O agregado de cliques, curtições, desaprovações individuais produz celebridades, enriquece influenciadores, alimenta o tráfego de mensagens nas redes e remove pessoas para o ostracismo. É uma escolha individual clicar ou não, gostar ou não, repassar ou não. Como a decisão de votar ou não.

Nossas microescolhas no espaço público digital podem, contudo, se juntar às escolhas de outras pessoas, na escala dos milhões, com maior facilidade e rapidez, produzindo resultados imprevisíveis. As redes têm permitido a pessoas se tornarem polos importantes de influência e persuasão para além de suas atividades profissionais. A atriz Selena Gomez, nos Estados Unidos, e a cantora Anitta, no Brasil, são bons exemplos do impacto de posições que postam em temas importantes que transcendem a atividade artística. Na política, a deputada Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata, é novata no Congresso americano, mas é uma celebridade nas redes sociais. Tem conseguido convencer seu próprio partido a atuar melhor nas campanhas digitais, como fez na renhida disputa para o Senado no Estado da Geórgia, que acabou em vitória histórica dos Democratas. Sua influência já vai além do campo da política, chegando ao plano do comportamento.

Mesmo pessoas mais anônimas, que não exercem atividades de ampla projeção como as celebridades, têm se tornado influentes pela destreza como manejam a comunicação nas redes e se aproveitam dos atributos dos algoritmos para viralizar suas mensagens. Como somos nódulos humanos de uma imensa rede social digitalizada, a interação em rede pode provocar reações em cadeia em escala e velocidade impossíveis de se obter na sociedade analógica. Não agir significa desligar-se dessa rede e abdicar de contribuir para seu movimento. Não podemos determinar a direção dessas reações, nem seu desfecho. Hoje, mais do que nunca, nossas microações podem provocar macrorreações. Este se tornou um vetor relevante na determinação do grau de democracia da governança local e global.

Não é preciso enfatizar que a democracia é muito mais capaz de aproveitar as oportunidades de inovação institucional do que os regimes reacionários. Principalmente, quando as escolhas são feitas livremente, as decisões são tomadas em contexto democrático e as paixões expressas com alguma calma de espírito. Mas, com as estruturas em

movimento produzindo severa instabilidade na superfície, é realmente mais difícil acertar no cálculo e temperar as paixões. Vivemos numa sociedade de risco sob todos os aspectos. É o império das paixões de toda sorte, em sociedades nas quais a mudança estrutural torna os interesses confusos e difusos e dificulta a diferenciação entre interesses transitórios e interesses duráveis.

Sobram as paixões para realçar interesses e orientar as ações e reações individuais. As soluções conhecidas de equilíbrio entre interesses e paixões perderam-se nas brumas do passado. As desigualdades aumentam inevitavelmente. O resultado concreto disso tende a ser a polarização radicalizada, as reações extremadas que levam às fugas, à corrida alienada para o individualismo consumista, ao ultranacionalismo. Todos buscam as situações que os amparam das aflições e lhes dão a impressão de pertencimento, de estar entre iguais.

A pergunta-chave é se a polarização e as paixões extremadas pelo desencanto e pela pregação demagógica são inevitáveis. Não creio que sejam. Mas, para aplacar as paixões e desacreditar os demagogos, é preciso mais que retórica. São necessárias políticas de transição que mitiguem as privações e respondam ao desejo óbvio das pessoas de serem ouvidas e atendidas.

As redes sociais expressam mais fielmente esse mal-estar, esse espírito de um tempo conturbado. São canais ágeis para expressão de nossas dúvidas e perplexidades. A mobilidade digital ajuda a fugir da realidade dolorosa do mundo físico para as veredas intermináveis do mundo virtual. Troca-se a solidão na socioesfera em crise pela convivência nervosa na ciberesfera em expansão. Nela se pode expressar as paixões e convicções, compartilhar as perplexidades, interagir, encontrar o igual, o que conforta, o que admira o que se diz e faz, ou o que justifica o medo, o ódio, a unilateralidade. A pandemia, de um lado, reforçou esse exílio no virtual; de outro, mostrou as virtudes dos encontros em presença e a necessidade de estar com os parentes amigos

e colegas. Revelou a possibilidade da solidão virtual e ajudou a redescobrir os benefícios da sociabilidade no mundo físico.

O desafio democrático

Os demagogos que logram se eleger, aos quais chamei governantes incidentais, buscam degradar os mecanismos que garantem a rotatividade no poder e os freios e contrapesos de salvaguarda da democracia. Quando têm sucesso, conseguem se perpetuar no cargo. Vladimir Putin, Hugo Chávez e Viktor Orbán, entre outros, conseguiram alterar as regras eleitorais para obter a garantia da permanência no poder, produzindo a maioria eleitoral ou parlamentar necessária para tanto. O segundo mandato é sempre o mais perigoso, pois é quando conseguem reinstitucionalizar o sistema político, desmontando as salvaguardas democráticas e virando as instituições ao avesso para executarem funções inversas à suas delegações constitucionais originais.

Durante os quatro anos em que ocupou a Casa Branca, Donald Trump conseguiu levar a jurisprudência da Suprema Corte muito mais para a direita ao nomear ministros ultraconservadores para o tribunal. Hoje os ministros nomeados por presidentes do Partido Republicano são os pivôs da maioria. Mas Trump não conseguiu alterar a seu favor as regras eleitorais, nem manipular a contagem dos votos. Derrotado na tentativa de se reeleger, açulou seus seguidores de extrema-direita, entre eles grupos neonazistas e supremacistas, a invadir o Capitólio, a sede icônica do Congresso americano, e forçar os Senadores a invalidarem a contagem dos votos. Para perplexidade geral, o Partido Republicano decidiu, posteriormente, que a inédita e violenta invasão do Congresso, com ameaça real à integridade física dos parlamentares, foi um ato comum da luta política.

Bolsonaro tem ameaçado levar a cabo um golpe que lhe permitiria intervir no Judiciário e no Congresso, até agora sem sucesso. Se não

conseguiu desarrumar inteiramente o arranjo institucional da democracia, tem conseguido desmontar o aparato de políticas públicas cuja função maior é de realizar as promessas democráticas da Constituição de 1988, de inclusão, diversidade, pluralismo cultural, educação laica universal, liberdade de cátedra e proteção ambiental, dos povos originários e de suas terras. Investiu, também, contra o sistema de freios e contrapesos de salvaguarda democrática. Neutralizou a autonomia investigativa do Ministério Público Federal, nomeando pessoa da periferia da carreira para ser-lhe dócil.

Ele tem promovido o desmonte institucional, muitas vezes com ajuda no Poder Legislativo de políticos do centro oportunista, que se moveu para a ultra-direita por conveniência. Uma importante barreira ao retrocesso legislativo e institucional tem sido o Senado, onde esse centro oportunista não é maioria. Boa parte da adesão dos parlamentares à agenda antidemocrática de Bolsonaro se deve ao manejo cada vez mais arbitrário das verbas orçamentárias concentradas em emendas parlamentares, sob controle de lideranças no Congresso. São verbas descoladas das prioridades das políticas públicas que deveriam financiar e que não mais obedecem aos critérios constitucionais de transparência que constituem o chamado orçamento secreto. Por meio dele, o governo Bolsonaro tem produzido tremendas disparidades na alocação dos recursos públicos a alimentar desigualdades duráveis de oportunidades. As vítimas mais diretas têm sido as escolas públicas, o sistema público de saúde, o SUS, e a população de mais baixa renda.

Governantes autocráticos são incidentais, mas não surgem do nada. Eles têm bases sociais e forte apoio no mercado financeiro e nos setores da economia fóssil. Na base social de Donald Trump havia setores dos EUA rural, pequenos proprietários de terra desalojados do mercado pela industrialização da agricultura e dominância de grandes corporações agroindustriais; operários do *rust belt*, desempregados pelo fechamento de siderúrgicas obsoletas e de alta emissão de poluentes,

pela redução do uso do carvão e trabalhadores desempregados pelo deslocamento da produção industrial para outros países de maior produtividade e menores custos. Independente do que pensam e de quem apóiam são pessoas que precisam de proteção na transição e de novos meios de vida que, preservando suas culturas, tenham viabilidade nos novos modos sociais. Já Bolsonaro teve apoio do mercado financeiro, de grande parte do patriciado industrial, do agronegócio e de setores de classe média e baixa ameaçados pelo rebaixamento social, estes últimos também necessitados de proteção nesta passagem.

Em vários regimes autoritários, e mesmo em algumas democracias com governos de vocação autoritária, milícias digitais, que misturam voluntários, mercenários e *bots*, são mobilizadas para disseminar mensagens e ataques violentos contra os adversários do governo. Mas, no mesmo ambiente em que cresce a demagogia autocrática amadurecem as sementes da sociedade informada e mobilizável, capaz de promover a democratização do Estado e a digitalização da política. Na ciberesfera, as pessoas têm mais recursos e possibilidades de confrontar o Estado, os governantes autoritários e as grandes corporações do que na socioesfera. Amplia-se o espaço público de controle e deliberação coletivos.

A manipulação astuciosa da informação e da opinião pública por grupos autoritários é parte da transição. Esta circunstância contribui para o aumento da desconfiança na democracia representativa, nas instituições, na política e nos políticos. Ao mesmo tempo, a desconfiança pode ser um elemento ativo da vida cívica dos cidadãos, levando-os a usar os meios digitais para monitorar, ampliar a representatividade e intervir nas decisões (Butzlaff e Messinger-Zimmer, 2020). As redes reduzem muito os custos de oportunidade da participação.

A desconfiança cívica é uma forma de ativismo que pouco vale sem a participação política. O cidadão-espectador, que não vota, não protesta e não demanda, é um adversário involuntário da democracia e

contribui para a oligarquização e autocratização do regime democrático. O controle democrático do estado e das corporações implica uma cidadania ativa e vigilante. A desconfiança ativa da cidadania permite controlar o poder sem necessidade de recorrer a formas desestabilizadoras de intervenção indignada. Essa atitude de ceticismo cidadão pode ser uma ferramenta para fortalecer a legitimidade democrática. Os efeitos sociais adversos da transição, porém, levam ao descrédito na democracia e na política. Distingo descrédito da desconfiança ativa que é benéfica para a democracia. O descrédito, ou desfavor, seria disruptivo e antidemocrático.⁶ Estas duas fortes correntes de motivação política se enfrentam nas polarizações contemporâneas.

As experiências dos Estados Unidos e do Brasil mostram que o sucesso das investidas autocráticas no ambiente de desencanto com a democracia depende da robustez das instituições democráticas e do grau de coesão da sociedade em torno da democracia. No plano das instituições, em ambos os casos, observou-se que algumas funcionaram efetivamente para conter, no mínimo, o alcance dos ataques à democracia.

Nos Estados Unidos, a ampla autonomia federativa permitiu à maioria dos estados bloquear as tentativas de alterar as regras eleitorais em detrimento das minorias. Mesmo na Suprema Corte, os juizes republicanos de centro-direita têm se aliado aos magistrados democratas para barrar algumas das iniciativas mais graves de restrição ao direito ao voto por governadores e deputados estaduais ligados a Trump. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal, de um lado, e o Senado Federal, de outro, serviram de anteparo às tentativas de desmontagem da democracia.

A coesão social em torno da democracia enfraquece com o aumento da frustração das promessas contidas no contrato constitucional de

6. Citrin e Stoker (2018) estão entre aqueles que buscam uma distinção entre a atitude de ceticismo, desconfiança e o descrédito ou desfavor. Ver, também, Butzlaff e Messinger-Zimmer (2020).

cada país. O apoio à democracia depende, sobretudo, de políticas que atendam de forma suficiente às necessidades estruturais do povo, provendo bem-estar.

Na fase de metamorfose social que vivemos, o mau desempenho governamental e a inadequação das políticas públicas às novas necessidades que surgem dão força ao apelo dos demagogos e ameaçam a democracia. Nesse período de transição, cuja duração é difícil prever, todas as respostas são insuficientes, pois no reino da escassez sempre prevalece o poder político e econômico. Mais ainda, a política oligarquizada, à esquerda e à direita, sequer vê, ou se vê não reconhece, a maioria das novas necessidades criadas pela transição. Daí o estrangulamento das vias de oferta de soluções para a maioria. É uma dimensão substantiva, de eficácia material e política, que diz respeito à obrigação social do Estado e à correspondência entre as demandas da sociedade e as políticas públicas, entre a promessa democrática e o resultado da ação dos governos democráticos.

Rosanvallon (2015) lembra que a democracia, historicamente, sempre se manifestou simultaneamente como promessa e como problema. A promessa, ela não tem como cumprir totalmente, porque precisa se adaptar à dinâmica social. Aos problemas, ela deve dar respostas estruturais suficientes para resolvê-los em cada etapa do desenvolvimento da sociedade. A atualização do aplicativo democrático se tornou urgente. O que se busca é uma teoria da transição que permita pensar em soluções estruturais transitórias, até que os novos modos oriundos da metamorfose comecem a gerar respostas mais permanentes usando as lógicas e as ferramentas dos novos paradigmas sociais a emergir. Mas, para que isto ocorra, é preciso, antes de tudo, reconhecer que vivemos uma metamorfose social, uma transformação estrutural radical, profunda e global e não um conjunto de mudanças convencionais.

Nenhum governo democrático conseguiu ainda articular esses elementos emergentes, os embriões do novo, aos recursos disponí-

veis para mitigar os efeitos nocivos da transição. O sociólogo liberal-conservador Seymour Martin Lipset (1960) falava da importância do atendimento às necessidades materiais dos cidadãos para a estabilidade e a legitimidade democráticas. O pensador marxista Antonio Gramsci (1977) considerava a capacidade de dar respostas estruturais às necessidades do povo uma condição necessária à hegemonia moral em uma nova ordem política. Legitimidade e hegemonia moral são termos equivalentes originados de paradigmas polares. Um busca a estabilidade do regime, o outro a mudança do poder. Os dois reconhecem a necessidade de respostas políticas concretas em sintonia com as necessidades materiais e culturais da sociedade. A resposta democrática precisa estar em direta conexão com a promessa da democracia. Mesmo que esta promessa nunca possa ser cumprida por inteiro, a democracia começa por buscar realizar e proteger a parte que lhe é essencial, os direitos civis e sociais e, além disso, avança sempre rumo à concretização de outras dimensões ainda não cumpridas da promessa democrática. Principalmente aquelas que dão maior representatividade e mais canais de voz para o povo civil se manifestar institucionalmente.

O estreitamento da democracia representativa é decorrência da assincronia entre o processo social e o processo político. A política, ao longo do século 20, nas democracias representativas convencionais, buscou sistematicamente a estabilidade, considerada uma virtude democrática. A correlação de forças presentes na economia e na política funde o desejo geral de estabilidade democrática com o interesse privado de estabilidade das políticas que beneficiam os donos do poder. A ordem democrática confunde-se, dessa forma, com o *statu quo*, e a vontade geral de preservação da democracia passa a instrumentalizar o interesse oligárquico na conservação desse estado de coisas. As democracias tornaram-se muito conservadoras, pondo em risco a própria legitimidade da Democracia. A representatividade e a participação dos cidadãos foi sacrificada para assegurar a estabilidade das políticas.

Esse conservadorismo agravou-se com a hegemonia das políticas de estabilidade fiscal sobre qualquer outra consideração, apenas quebrada pela pandemia, que impôs o aumento do gasto público para fazer face à emergência. A austeridade ortodoxa difere da noção mais ampla e flexível de responsabilidade fiscal. A primeira mira apenas o superávit fiscal, em geral com os cortes de gastos mais direta e automaticamente aplicáveis, independentemente de suas consequências distributivas. Em geral, ela se faz por meio de cortes lineares ou tetos absolutos para o gasto com efeitos regressivos.

Já a responsabilidade fiscal prevê o equilíbrio das contas públicas e a garantia de que despesas permanentes tenham fontes permanentes de financiamento. Preocupa-se, em princípio, com a qualidade do gasto público e a contenção do crescimento da dívida pública, buscando minimizar os impactos distributivos regressivos. Governos progressistas podem adotar a responsabilidade fiscal e buscar esse equilíbrio por meio de dois procedimentos. Primeiro, cortando subsídios ao capital, liberando receitas às quais o governo renunciou para beneficiar os capitalistas, e aumentando as receitas derivadas de impostos progressivos, que cobram mais de quem ganha mais. A segunda medida seria obedecer inflexivelmente à regra de somente criar ou aumentar despesas permanentes que tenham fontes de financiamento também permanentes.

Um dos problemas das análises da democracia é que seguem um modelo mental que a vê como estágio final que, uma vez alcançado, precisa apenas de cuidados de manutenção para assegurar sua estabilidade e legitimidade. Mas a democracia existe em um contexto social dinâmico, conflitivo e problemático. Mudanças correntes ligadas às dinâmicas demográfica, econômica, social e política associadas ao progresso material alteram e ampliam a constituição do povo civil e institucional e mudam suas necessidades.

Portanto, a democracia deve ser vista como parte de um sistema complexo em permanente evolução, um alvo móvel, um ideal civili-

zatório, de liberdade, igualdade de direitos e oportunidades. Busca-se nesta visão a permanente atualização da democracia liberal, tornada sempre mais inclusiva, participativa e em sintonia com novas demandas e novos direitos. Há um elemento inarredável de insaciedade no ser democrático. A democracia é um processo permanente de constituição da soberania popular, do próprio povo como sujeito coletivo e dos meios de exercício desta soberania.

Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e o aprofundamento da democracia digitalizada e fortalecida pelos novos mecanismos de participação e representação oferecidos pela sociedade digital. Desafios para cujo enfrentamento as sociedades agregarão um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais.

Bibliografia

Abranches, Sérgio (1987) — “Política social e combate à pobreza: a teoria da prática”, em Sérgio Abranches, Sérgio (1987) — Sérgio Abranches, Wanderley Guilherme dos Santos e Marcos Antônio Coimbra, *Política Social e Combate à Pobreza*, Jorge Zahar Editor, 1987, pp. 9-32

Abranches, Sérgio (2017) — *A era do imprevisto, a grande transição do século XXI*, Companhia das Letras, 2017

Abranches, Sérgio (2020) — *O tempo dos governantes incidentais*, Companhia das Letras, 2020

Arendt, Hannah (2021) — “Liberdade para ser livre: condições e significado da revolução”, em Hannah Arendt, *Pensar sem corrimão: compreender – 1953-1975*, Bazar do Tempo, 2021

Beck, Ulrich (2016) — *The metamorphosis of the world*, Polity Press, 2016

Butler, Judith (1993) — *Excitable Speech: a politics of performance*, Routledge, 1993, tem tradução para o português, *Discurso do ódio: uma política da performativo*, editora Unespe, 2021

Buruma, Ian (2018) — “When Will it Be too Late to Sound the Alarm on Demagogues?”. *The Globe and Mail*, 20 julho, 2018, disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/opinion/article-when-will-be-too-late-to-sound-the-alarm-on-demagogues/>

Butzlaff, Felix e Messinger-Zimmer, Sören (2020) — “Undermining or defending democracy? The consequences of distrust for democratic attitudes and participation”, em *Critical Policy Studies*, 14:3, pp. 249-266, disponível em <https://doi.org/10.1080/19460171.2019.1584120>

Castells, Manuel (1996) — *The rise of the network society*, Blackwell, 1996

Citrin, Jack e Stokes, Laura (2018) — “Political Trust in a Cynical Age”, em *Annual Review of Political Science*, 21, 2018, pp. 49–70 disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050316-092550>

Elias, Norbert (1975) — *La Dynamique de l'Occident*, Calman-Lévis, 1975, pp. 121-3

Frank, Jason (2010) — *Constituent Moments: Enacting the People in Postrevolutionary America*, Duke University Press, 2010

Gramsci, Antonio (1977) — *Cuaderni del Carcere*, Einaudi, 1977

Guriev, Sergei e Treisman, Daniel (2021) — Spin Dictators, the changing face of tyranny in the 21st Century, 2022)

Kaufman, Dora (2022) — “À Comissão de Juristas do Senado: sugestões para mitigar os danos da inteligência artificial”, *Época Negócios*, 29, abril, 2022, disponível em <https://epocanegocios.globo.com/colunas/IAgora/noticia/2022/04/comissao-de-juristas-do-senado-sugestoes-para-mitigar-os-danos-da-inteligencia-artificial.html>

Kranzberg, Melvin (1986) — “Technology and History: ‘Kranzberg’s Laws’”, em *Technology and Culture*, Vol. 27:3, Julho, 1986, pp. 544-560

Lipset, Seymour Martin (1960) — *Political Man: the Social Basis of Politics*, Doubleday, 1960

Matsuda, Mari (1989) — “Public response to racist speech: considering the victim’s story”, em *Michigan Law Review*, 87:8:1989, pp. 2320-2381, disponível em <https://repository.law.umich.edu/mlr/vol87/iss8/8>

Morrison, Toni (1993) — “Nobel Lecture”, dezembro, 1993, disponível em <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/>

Nussbaum, Martha (2013) — *Political emotions, why love matters for justice*, Harvard University Press, 2013

Rancière, Jacques (2009) — *Moments Politiques: Interventions 1977-2009*, Fabrique, 2009

Rosanvallon, Pierre, *Le bon gouvernement*, Seuil, 2015

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>